

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis,
Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Relatório dos Auditores Independentes

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras -
FIPCAFI**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 3

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho Curador e Diretoria Executiva da
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação e apresentada como informação suplementar de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Fundação. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação à demonstração contábil.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

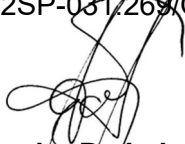
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2025.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Alexandre De Labetta Filho

Contador CRC 1SP-182.396/O-2



Vanderlei Marcello Fernandes Junior

Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais)

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	824.655	32.872	Fornecedores a pagar	4.4	438.825	618.519
Contas a receber	4.2	2.061.918	3.179.836	Obrigações trabalhistas a pagar	4.5	1.927.494	2.214.049
Adiantamentos e tributos a recuperar		428.591	334.348	Tributos a recolher	4.6	491.923	286.550
Ativos mantidos para venda	3.4	6.010.000	6.010.000	Empréstimos a pagar	4.3	1.510.383	1.971.431
Outros ativos		342.014	173.101	Contas a pagar	5.2	891.051	669.606
		9.667.178	9.730.157	Serviços prestados a pagar	4.7	1.552.802	1.617.434
				Adiantamentos de clientes	4.8	1.093.190	518.971
						7.905.668	7.896.560
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	5.1	56.822.241	55.329.896	Contas a pagar	5.2	56.954	558.005
Investimentos e Propriedades para investimentos	3.1	21.830.856	21.830.856	Empréstimos a pagar	4.3	2.580.602	3.128.441
Imobilizado	3.2	16.116.700	16.489.016	Serviços prestados a pagar	4.7	1.108.374	1.482.537
Intangível	3.3	365.864	339.430	Tributos a recolher	4.6	698.564	-
		95.135.661	93.989.198	Provisões para demandas judiciais	5.3	36.066.155	36.369.512
						40.510.649	41.538.495
				Patrimônio líquido	6.3		
				Patrimônio social		45.000.000	45.000.000
				Ajuste de avaliação patrimonial		8.600.604	8.861.049
				Superávit acumulado		2.785.918	423.251
						56.386.522	54.284.300
Total do ativo		104.802.839	103.719.355	Total do passivo e do patrimônio líquido		104.802.839	103.719.355

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2024	2023
Receita líquida de serviços	2.1	29.985.697	26.890.687
(-) Custos dos serviços prestados	2.2	(22.270.398)	(21.554.407)
(=) Resultado bruto com serviços		7.715.299	5.336.280
(+) Outras receitas e despesas recorrentes			
Despesas administrativas	2.3	(8.733.968)	(8.832.732)
Receitas de aluguéis	2.4	2.791.222	2.010.355
Perda na venda de ativos		-	(50.000)
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.5	1.074.519	416.394
		(4.868.227)	(6.455.983)
Superávit/Déficit antes do resultado financeiro		2.847.072	(1.119.703)
Receitas financeiras	2.6	166.954	80.781
Despesas financeiras	2.6	(911.804)	(1.162.738)
Resultado financeiro líquido		(744.850)	(1.081.957)
Superávit/Déficit do exercício		2.102.222	(2.201.660)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit/Déficit do exercício	2.102.222	(2.201.660)
Realização do custo atribuído	(260.445)	(260.445)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.841.777</u>	<u>(2.462.105)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	(Valores expressos em Reais)			
	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit / (Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.000.000	9.121.494	2.364.466	56.485.960
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(260.445)	260.445	-
Déficit do exercício	-	-	(2.201.660)	(2.201.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.000.000	8.861.049	423.251	54.284.300
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(260.445)	260.445	-
Superávit do exercício	-	-	2.102.222	2.102.222
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.000.000	8.600.604	2.785.918	56.386.522

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)			
	Notas	2024	2023
Superávit/Déficit do exercício		2.102.222	(2.201.660)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	3.2 e 3.3	653.770	626.437
Juros provisionados de empréstimos		800.331	991.199
Juros provisionados dos parcelamentos dos tributos		335.426	-
Provisões para demandas judiciais (tributários/fiscais/trabalhistas)		(992.256)	-
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – (reversão)/constituição	4.2	(1.745.481)	1.496.509
Perda efetiva		1.974.136	-
Perda na venda de ativos mantidos para venda		-	50.000
Superávit do exercício ajustado		3.128.148	962.485
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo			
Contas a receber		889.263	(1.220.215)
Adiantamentos		(94.243)	147.092
Depósitos judiciais		(803.446)	(696.084)
Fornecedores a pagar		(179.694)	(183.893)
Obrigações trabalhistas a pagar		(286.555)	39.151
Tributos a recolher		568.511	-
Serviços prestados a pagar		(438.795)	538.919
Adiantamentos de clientes		574.219	38.540
Outros		(256.263)	(507.957)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais		2.908.889	(881.962)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Venda de propriedade para investimento		-	210.000
Adições do ativo imobilizado	3.2	(13.590)	(5.538)
Adições do ativo intangível	3.3	(294.298)	(262.791)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(307.888)	(58.329)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de financiamentos		-	160.596
Pagamentos dos financiamentos		(1.038.527)	(1.028.037)
Juros pagos		(770.691)	(965.145)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(1.809.218)	(1.832.586)
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		791.783	(2.772.877)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		32.872	2.805.749
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		824.655	32.872
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		791.783	(2.772.877)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Receitas		
Receitas de serviços	29.985.697	26.890.687
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(228.655)	(1.496.509)
Receitas diversas	82.263	366.394
	29.839.305	25.760.572
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(10.404.704)	(8.829.078)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.070.017)	(4.503.043)
	(15.474.721)	(13.332.121)
Valor adicionado bruto	14.364.584	12.428.451
Depreciação e amortização	(653.770)	(626.437)
Valor adicionado líquido gerado / aplicado pela Fundação	13.710.814	11.802.014
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	166.954	80.781
Receitas de aluguéis	2.791.222	2.010.355
	2.958.176	2.091.136
Valor adicionado total a distribuir	16.668.990	13.893.150
Empregados		
Remuneração direta	8.193.538	9.372.042
Benefícios	2.274.376	2.262.867
FGTS	710.072	895.762
	11.177.986	12.530.671
Tributos		
INSS cota patronal	2.374.528	2.287.598
PIS sobre folha	81.305	87.340
Outras taxas e contribuições	21.145	26.463
	2.476.978	2.401.401
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	911.804	1.162.738
Remuneração de capitais próprios		
Superávit/Déficit do exercício	2.102.222	(2.201.660)
Distribuição do valor adicionado	16.668.990	13.893.150

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Apresentação

1.1. Contexto operacional

A **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (“FIPECAFI” ou “Fundação”)** é uma instituição sem fins lucrativos, constituída em 1º de agosto de 1974 por professores da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e tem, como uma de suas missões, fornecer apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA/USP, desempenhando suas atividades com os seguintes objetivos:

- a)** Colaborar, através dos meios adequados, com instituições públicas e privadas, em programas de Ciências Contábeis, Atuariais e Financeiras visando o desenvolvimento econômico-social;
- b)** Manter a Instituição de Ensino Superior “Faculdade Fipecafi”, oferecendo cursos e demais programas de educação superior;
- c)** Promover cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos nas áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária, Controladoria, Governança Corporativa, Controle e Gestão de Negócios, Controle e Gestão de Riscos, Auditoria, Tributos, Tecnologia da Informação, Controle e Gestão de Cadeia de Suprimentos, Logística Empresarial, Previdência, Parcerias Público-Privadas, dentre outras, e que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como para a melhoria dos técnicos que trabalham nos diversos setores da comunidade;
- d)** Pesquisar e desenvolver projetos e aplicações, com foco em inovação, na interseção entre tecnologia e as áreas mencionadas;
- e)** Colaborar na organização e implementação dos cursos de pós-graduação em Contabilidade, Finanças e Atuária para entidades de ensino que requisitarem os seus serviços;
- f)** Promover a divulgação de conhecimentos das áreas mencionadas por meio de publicações técnicas, tais como livros, revistas, periódicos, monografias e outras formas que se fizerem adequadas;
- g)** Implementar sistemas de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores de alto valor, colaborando assim na preparação de recursos humanos de alto nível para as áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária e correlatas; e
- h)** Realizar pesquisas e prestar serviços de forma a atender às necessidades dos setores público e privado, tudo dentro de cânones acadêmicos que permitam, simultaneamente, o atendimento do objetivo citado e o treinamento de pessoal especializado.

1. Apresentação--Continuação

1.1. Contexto operacional

Os resultados das atividades desenvolvidas pela FIPECAFI são estendidos à comunidade por meio da publicação de livros e artigos, oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação (*lato sensu*) e mestrado profissional (*stricto sensu*), todos com reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC), além de cursos de extensão de curta e de média duração, apresentação de palestras, seminários, simpósios e conferências.

Adicionalmente, a FIPECAFI desenvolve projetos de pesquisa contratados por entidades públicas, empresas privadas e organizações do terceiro setor, visando a emissão de pareceres técnicos, estudos e outras abordagens relacionadas à aplicação prática dos conhecimentos de ponta produzidos e desenvolvidos com a realização de pesquisas científicas.

1.2. Equilíbrio econômico-financeiro e patrimonial

A Administração, visando manter o equilíbrio econômico, financeiro e patrimonial, vem implementando um conjunto de medidas, dentre as quais destacamos:

- a)** Melhorar o processo para captação de novos alunos e a criação de novos cursos e projetos a serem ofertados ao mercado;
- b)** Aprimorar os mecanismos de controle e evasão visando aumentar os indicadores de retenção dos alunos nos cursos;
- c)** Intensificar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- d)** Reduzir as despesas e os custos com pessoal e administrativos;
- e)** Analisar o resultado de cada curso ou programa, avaliando semestralmente quais devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- f)** Melhorar os processos administrativo-financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas mitigando perdas e erros;
- g)** Renegociar ou suspender contratos que não produzam impactos significativos em suas operações; e
- h)** Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento que busca o equilíbrio econômico-financeiro e patrimonial da Fundação, visando reduzir o volume de seu endividamento. Diversas das ações descritas anteriormente já foram implantadas e continuarão sendo executadas ao longo dos anos seguintes, visando atingir esse equilíbrio e, com isso, possibilitando a continuidade de suas atividades, a qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e a adequação das instalações físicas.

1. Apresentação--Continuação

1.3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas nas *Interpretações Técnicas Gerais - ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros*, aprovada pela *Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1)*, de 2 de setembro de 2015, quando aplicável, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 14 de abril de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, entre as quais se encontram:

- (i) A determinação das vidas úteis dos itens do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações;
- (ii) Avaliações de ativos financeiros pelo valor justo;
- (iii) Análise de risco na determinação das perdas estimadas com créditos de difícil liquidação; e
- (iv) Análise dos riscos na determinação das provisões necessárias para passivos contingentes.

1. Apresentação--Continuação

1.3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis— Continuação

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo os efeitos dessas revisões reconhecidos no período em que ocorrem.

As notas explicativas para as contas com mensurações determinadas por estimativas, que se utilizam de premissas e julgamentos sobre políticas contábeis adotadas, são as seguintes:

- a) **Nota 3.1** – Propriedades para investimentos;
- b) **Nota 3.2** – Imobilizado;
- c) **Nota 3.3** – Intangível;
- d) **Nota 4.2** – Contas a receber; e
- e) **Nota 5.3** – Provisões para demandas judiciais.

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas com a adoção dos critérios de mensuração definidos nos diversos pronunciamentos aplicáveis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da FIPECAFI, com os valores arredondados para a unidade mais próxima.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da FIPECAFI exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2. Desempenho

2.1. Receita líquida de serviços

As receitas são reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, adotando-se o método da percentagem completada para sua mensuração, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) As receitas educacionais são mensuradas em função da quantidade de aulas efetivamente ministradas em cada período;
- (ii) As receitas relacionadas com os projetos de pesquisas contratados são mensuradas proporcionalmente ao percentual equivalente à tarefa concluída, em conformidade com o contrato e respectiva aprovação do cliente; e
- (iii) As receitas relacionadas com outras atividades, tais como congressos e seminários, são mensuradas conforme a realização dos eventos e direitos autorais conforme recebimento trimestral.

As composições dessas receitas, nos anos de 2024 e 2023, são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Educacionais (i)	18.894.813	19.257.707
Projetos e pesquisas (ii)	10.017.929	6.827.685
Outras atividades (iii)	1.072.955	805.295
	29.985.697	26.890.687

Política de bolsas sociais

Em atendimento à Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1), a FIPECAFI mantém política de concessão de bolsas sociais com percentuais que podem atingir 100% e subsídios integrais a seus colaboradores para realização de cursos na FIPECAFI.

O valor da gratuidade concedida a alunos bolsistas e colaboradores no ano de 2024 foi de R\$ 298.499 (R\$ 146.863 em 2023), que equivalem a 25 bolsas (07 em 2023).

2.2. Custos dos serviços prestados

São reconhecidos nos períodos em que ocorrem as prestações dos serviços para a instituição e são segregados pelas atividades:

	2024	2023
Educacionais	(14.190.020)	(15.597.997)
Projetos e pesquisas	(7.542.205)	(5.482.948)
Outras atividades	(538.173)	(473.462)
	(22.270.398)	(21.554.407)

2. Desempenho--Continuação

2.3. Despesas administrativas

Referem-se aos gastos com pessoal, materiais de escritório, corporativas e serviços terceirizados, dentre outros:

	2024	2023
Pessoal	(4.384.441)	(4.836.312)
Serviços terceirizados	(2.018.961)	(2.136.940)
Estruturais e corporativas	(1.296.122)	(1.233.043)
Depreciação e amortização	(653.770)	(626.437)
Honorários de êxito jurídico	(380.674)	-
	(8.733.968)	(8.832.732)

2.4. Receitas de aluguéis

São reconhecidas no resultado pelo método linear no prazo do arrendamento ou locação, independente do prazo de recebimento dos valores formalizados em cada contrato, e são provenientes de:

- a)** Contratos de arrendamentos das propriedades para investimentos; e
- b)** Locação das salas de aulas disponíveis quando há ociosidade.

As composições dessas receitas, nos anos de 2024 e 2023, são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Imóveis próprios	1.320.878	1.047.055
Salas de aulas	1.470.344	963.300
	2.791.222	2.010.355

Os valores nominais contratados de aluguéis para os próximos 4 (quatro) anos, levando em conta os contratos já assinados por prazo determinado ou indeterminado, são:

- a)** 2025 – R\$ 1.484.887;
- b)** 2026 – R\$ 1.601.922;
- c)** 2027 – R\$ 1.690.281; e
- d)** 2028 – R\$ 1.774.096.

2. Desempenho--Continuação

2.5. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2024	2023
Reversão de provisão trabalhista (i)	800.000	-
Reversão de provisão tributária (ii)	192.256	-
Outras receitas	82.263	416.394
	1.074.519	416.394

- (i) Com êxito da ação, em que houve a cassação do acórdão regional e a extinção da ação trabalhista, a FIPECAFI reverteu a provisão contábil referente ao processo trabalhista (NE 5.3.4).
- (ii) Após o desfecho do processo do INSS (NE 5.3.1), a FIPECAFI reverteu a provisão contábil e manteve em seu ativo circulante o valor correspondente do êxito.

2.6. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras correspondem aos rendimentos sobre aplicações financeiras e são mensuradas pelo método do custo amortizado e apropriadas *pro rata temporis*. As despesas financeiras se referem ao pagamento dos juros sobre os empréstimos contraídos, atualização monetária dos valores contingenciados e juros sobre tributos que foram parcelados. A composição do resultado financeiro líquido está assim distribuída:

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	166.954	80.781
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(770.691)	(991.199)
Atualização monetária passiva e juros	(141.113)	(171.539)
	(911.804)	(1.162.738)
Resultado financeiro líquido	(744.850)	(1.081.957)

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos

3.1. Investimentos e propriedades para investimentos

A Fundação tem em seu patrimônio imóveis mantidos para renda e quotas em outras entidades parceiras.

	2024	2023
Investimentos (títulos patrimoniais)	40.856	40.856
Propriedade para investimentos	21.790.000	21.790.000
Total	21.830.856	21.830.856

Foram mensuradas pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e, nos períodos subsequentes, mensurados ao valor justo, conforme opção permitida pelo pronunciamento técnico aplicável. A Administração entende que essa mensuração apresenta uma visão mais adequada da evolução do valor patrimonial desses ativos. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado de cada período. O valor justo dos imóveis e dos andares do prédio sede situado na Rua Maestro Cardim, monta R\$ 21.790.000 (R\$ 21.790.000 no exercício de 2023).

Em 2023, o laudo de avaliação apresentou uma mudança no valor justo dos imóveis no montante de R\$ 990.000, não contabilizados nessas demonstrações contábeis, levando em consideração para tal decisão as propostas de compras apresentadas pelas imobiliárias, cujos valores oferecidos estão abaixo do valor justo apresentado nos laudos de avaliação realizados pela empresa contratada.

Em 2024, a Fundação pelos motivos apresentados anteriormente, e considerando que não há evidências de mudanças no valor dos imóveis, optou por não realizar o laudo de avaliação e, a partir deste exercício, solicitar tal avaliação a cada 3 (anos) anos ou quando existir evidências de mudanças nos valores dos imóveis.

3.2. Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

b. Custos subsequentes

O custo de um componente do imobilizado, em caso de benfeitorias e reposições, é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a FIPECAFI e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

3.2. Imobilizado--Continuação

c. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado aplicando-se o método linear com base nas taxas apresentadas para cada componente do imobilizado, pois esse é o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O método de depreciação, as taxas adotadas e os valores residuais de terrenos e imóveis, que são os bens mais relevantes, são revistos a cada encerramento de exercício contábil e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Imobilizado	Custo 2024	Depreciação acumulada	Custo Líquido 2024	Custo Líquido 2023
Terrenos	6.010.001	-	6.010.001	6.010.001
Imóveis	13.159.202	(3.536.138)	9.623.064	9.858.767
Computadores e periféricos	3.394.160	(3.237.775)	156.385	240.326
Móveis e utensílios	1.589.275	(1.424.641)	164.634	196.869
Máquinas e equipamentos	1.619.345	(1.458.180)	161.165	179.713
Biblioteca	197.498	(196.047)	1.451	3.340
Total	25.969.481	(9.852.781)	16.116.700	16.489.016

Imobilizado	Custo 2023	Depreciação acumulada	Custo Líquido 2023	Custo Líquido 2022
Terrenos	6.010.001	-	6.010.001	6.010.001
Imóveis	13.159.202	(3.300.435)	9.858.767	10.094.469
Computadores e periféricos	3.393.492	(3.153.166)	240.326	318.327
Móveis e utensílios	1.589.275	(1.392.406)	196.869	233.239
Máquinas e equipamentos	1.606.423	(1.426.710)	179.713	219.176
Biblioteca	197.498	(194.158)	3.340	12.844
Total	25.955.891	(9.466.875)	16.489.016	16.888.056

Movimentação do imobilizado

	Taxa (% ao ano)	Custo em 2023	Adições	Custo em 2024
Terrenos		6.010.001	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	13.159.202	-	13.159.202
Computadores e periféricos	20%	3.393.492	668	3.394.160
Móveis e utensílios	10%	1.589.275	-	1.589.275
Máquinas e equipamentos	10%	1.606.423	12.922	1.619.345
Biblioteca	10%	197.498	-	197.498
		25.955.891	13.590	25.969.481

Depreciação acumulada	Saldo em 2023	Adições	Saldo em 2024
Imóveis	(3.300.435)	(235.703)	(3.536.138)
Computadores e periféricos	(3.153.166)	(84.609)	(3.237.775)
Móveis e utensílios	(1.392.406)	(32.235)	(1.424.641)
Máquinas e equipamentos	(1.426.710)	(31.470)	(1.458.180)
Biblioteca	(194.158)	(1.889)	(196.047)
	(9.466.875)	(385.906)	(9.852.781)
Saldo líquido	16.489.016	(372.316)	16.116.700

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

3.2. Imobilizado--Continuação

	Taxa (% ao ano)	Custo em 2022	Adições	Custo em 2023
Terrenos		6.010.001	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	13.159.202	-	13.159.202
Computadores e periféricos	20%	3.388.273	5.219	3.393.492
Móveis e utensílios	10%	1.588.956	319	1.589.275
Máquinas e equipamentos	10%	1.606.423	-	1.606.423
Biblioteca	10%	197.498	-	197.498
		25.950.353	5.538	25.955.891

Depreciação acumulada	Saldo em 2022	Adições	Saldo em 2023
Imóveis	(3.064.733)	(235.702)	(3.300.435)
Computadores e periféricos	(3.069.946)	(83.220)	(3.153.166)
Móveis e utensílios	(1.355.717)	(36.689)	(1.392.406)
Máquinas e equipamentos	(1.387.247)	(39.463)	(1.426.710)
Biblioteca	(184.654)	(9.504)	(194.158)
	(9.062.297)	(404.578)	(9.466.875)
Saldo líquido	16.888.056	(399.040)	16.489.016

d. Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há evidências de não recuperabilidade desses ativos, não havendo a necessidade do reconhecimento de *impairment*.

3.3. Intangível

Compreende direitos de uso de *softwares* e material desenvolvido que são mensurados pelo custo total de aquisição deduzido das despesas de amortização, as quais são mensuradas com base na vida útil estimada e que variam de 1 (um) a 5 (cinco) anos. Considerando que não há evidências de não recuperabilidade desses ativos, não houve a necessidade do reconhecimento de *impairment*.

Intangível	Custo 2024	Amortização acumulada	Custo Líquido 2024	Custo Líquido 2023
Marcas e patentes	4.914	(1.633)	3.281	3.281
Softwares	2.237.077	(2.202.725)	34.352	48.666
Material desenvolvido	537.114	(208.883)	328.231	287.483
Total	2.779.105	(2.413.241)	365.864	339.430

Intangível	Custo 2023	Amortização acumulada	Custo Líquido 2023	Custo Líquido 2022
Marcas e patentes	4.914	(1.633)	3.281	3.281
Softwares	2.140.154	(2.091.488)	48.666	108.285
Material desenvolvido	339.739	(52.256)	287.483	35.822
Intangível em desenvolvimento	-	-	-	151.110
Total	2.484.807	(2.145.377)	339.430	298.498

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

3.3. Intangível--Continuação

	Taxa média (% ao ano)	2023			2024	
		Custo	Adições		Custo	
Marcas e patentes		4.914	-		4.914	
Softwares	100%	2.140.154	96.923		2.237.077	
Material desenvolvido	33%	339.739	197.375		537.114	
		2.484.807	294.298		2.779.105	
Amortização acumulada		2023	Adições		2024	
Marcas e patentes		(1.633)	-		(1.633)	
Softwares		(2.091.488)	(111.237)		(2.202.725)	
Material desenvolvido		(52.256)	(156.627)		(208.883)	
		(2.145.377)	(267.864)		(2.413.241)	
Saldo líquido		339.430	26.434		365.864	

	Taxa média (% ao ano)	2022			2023	
		Custo	Adições	Transferência	Custo	
Marcas e patentes		4.914	-	-	4.914	
Softwares	100%	2.024.392	115.762	-	2.140.154	
Material desenvolvido	33%	41.600	147.029	151.110	339.739	
Intangível em desenvolvimento		151.110	-	(151.110)	-	
		2.222.016	262.791	-	2.484.807	
Amortização acumulada		2022	Adições	Transferência	2023	
Marcas e patentes		(1.633)	-	-	(1.633)	
Softwares		(1.916.107)	(175.381)	-	(2.091.488)	
Material desenvolvido		(5.778)	(46.478)	-	(52.256)	
		(1.923.518)	(221.859)	-	(2.145.377)	
Saldo líquido		298.498	40.932	-	339.430	

3.4. Ativos mantidos para venda

A Fundação, em 2024, manteve a sala situada na AV. Jose Cesar de Oliveira no montante de R\$ 240.000 e o terreno situado na Rua Alvarenga no montante de R\$ 5.770.000 no ativo mantido para venda, mantendo a intenção de venda desses imóveis.

A Administração da FIPECAFI tem recebido propostas de negociação dos 2 (dois) imóveis, porém ainda não chegou a termos finais.

Tendo em vista o firme propósito de continuar as negociações para se chegar a valores de negociação destes imóveis que sejam mais próximos aos valores de mercado, a Administração entende que tais ativos não devem ser reclassificados para o ativo não circulante.

4. Capital de giro

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A Fundação mantém seus recursos disponíveis em caixa, conta corrente bancária e aplicações de curto prazo com liquidez diária, em renda fixa. Parte preponderante das aplicações foram realizadas em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com rendimento de 100% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em instituições financeiras de primeira linha, todos sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. O rendimento acompanha a taxa CDI com rentabilidade média de 0,86% a.m. apurada em 2024 (0,97% a.m. em 2023). O saldo diário final em conta corrente é transferido para aplicações de curto prazo com lastro em CDB.

Os saldos de caixa e depósitos bancários são demonstrados pelo valor justo, enquanto as aplicações financeiras estão avaliadas pelo método do custo amortizado na data do balanço, estando assim apresentados:

	2024	2023
Caixa	6.400	5.200
Contas correntes	4.330	3.553
Aplicações Financeiras	813.925	24.119
Banco do Brasil S.A.	72	441
Banco Santander (Brasil) S.A.	460.464	20.656
Banco Bradesco S.A.	251.343	3.022
Banco Itaú S.A.	102.046	-
	824.655	32.872

4.2. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor justo e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, as quais são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes. A composição do valor evidenciado é a seguinte:

	2024	2023
Educacionais	3.011.391	4.411.020
Pesquisas e projetos	249.000	1.564.178
Direitos autorias e outros créditos	22.049	170.642
	3.282.440	6.145.840
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.220.522)	(2.966.004)
	2.061.918	3.179.836

A distribuição dos valores nominais a receber de clientes em função dos vencimentos ("Aging list"), é a seguinte:

	2024	2023
A vencer	1.189.455	2.178.700
Vencidos de 0 a 30 dias	336.722	392.477
Vencidos de 31 a 60 dias	162.011	227.652
Vencidos de 61 a 90 dias	137.017	234.392
Vencidos de 91 a 120 dias	133.249	307.628
Vencidos de 121 a 150 dias	102.583	188.697
Vencidos há mais de 150 dias	1.221.403	2.616.294
	3.282.440	6.145.840

4. Capital de giro--Continuação

4.2. Contas a receber--Continuação

A movimentação do saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(2.966.004)	(1.469.495)
Adições	(1.220.522)	(2.966.004)
Reversões	2.966.004	1.469.495
Movimento do período	1.745.482	(1.496.509)
Saldo no final do exercício	(1.220.522)	(2.966.004)

Critério para mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A FIPECAFI constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa pelo valor correspondente a 100% (cem por cento) das mensalidades e títulos que estejam vencidos conforme critérios abaixo, levando em conta o respectivo comportamento histórico de cada título e considerando ainda sua recuperabilidade:

Mestrado e Graduação (Presencial e EaD)	Acima de 180 dias
MBA e Especialização (Presencial e EaD)	Acima de 90 dias
EDUX (Presencial e EaD)	Acima de 60 dias
Projetos de pesquisas contratados	Avaliação por projeto

Além do procedimento descrito acima, a FIPECAFI analisa as taxas de inadimplência observadas historicamente ao longo dos anos e em relação ao valor total em carteira. Foi realizada a aglutinação das contas a receber por características comuns, considerando as seguintes condições:

- i. O tipo de serviço com maior índice de inadimplência;
- ii. Qual período apresenta maior inadimplência; e
- iii. O número de dias que a carteira da conta a receber está vencida.

Os percentuais obtidos da análise foram aplicados sobre os saldos dos títulos vencidos que não entram no critério apresentado acima para o complemento da provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

Em 2024, a Fundação realizou baixas de títulos, cujos vencimentos eram de 2019 a 2022. Portanto, permaneceram no contas a receber os títulos com vencimento de 2023 e 2024.

4. Capital de giro--Continuação

4.3. Empréstimos a pagar

Os empréstimos são reconhecidos, no recebimento dos recursos, pelo valor justo líquido dos custos de transação. Nas avaliações subsequentes, os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo método do custo amortizado (acréscimo dos encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos de eventuais pagamentos efetuados no período).

O contrato com o Bradesco foi contratado à taxa de juros do CDI acrescida de margem fixa. Para transformar o contrato em uma taxa prefixada foi associada uma operação de SWAP e, no decorrer do prazo do contrato, as mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganho ou perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos.

Os contratos não contêm cláusulas restritivas (*covenants*) que obrigam a Fundação a manter títulos aplicados como garantia.

No referido contrato de empréstimo com o Bradesco, a Fundação forneceu como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos: (i) dos recebimentos via cartões de créditos das bandeiras Mastercard e Visa (10% dos créditos depositados regularmente na agência 3391/0) e (ii) os recebíveis dos aluguéis, além de alienação fiduciária do imóvel na Rua Alvarenga, nº 2147.

No contrato de empréstimo com o Banco Santander, a Fundação forneceu como garantia os direitos creditórios de uso dos recursos existentes na conta vinculada 290050470 (no montante de R\$ 450.000).

Em dezembro de 2023, foi realizada a repactuação do empréstimo junto ao Banco Santander em prazos e condições mais favoráveis, incluindo a carência de 3 (três) meses do pagamento do principal (amortização). O vencimento final do empréstimo será em 28/06/2025 sendo que as taxas anuais e as mensais para essa operação foram 21,02% e 1,58%, respectivamente.

Em 16 de janeiro de 2024, a FIPECAFI renegociou as bases do empréstimo celebrado com o Banco Bradesco em condições e taxas mais favoráveis. Nessa renegociação foi concedida nova carência de 6 (seis) meses para a amortização do principal e, nova taxa na ordem de 6,0094% a.a. mais CDI, com vencimento em 17 de janeiro de 2028, deixando de ter o instrumento de SWAP.

Os saldos e outras informações referentes aos empréstimos e financiamentos, no curto e no longo prazo, são apresentados na tabela seguinte:

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI
Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

4. Capital de giro--Continuação

4.3. Empréstimos a pagar--Continuação

Instituição financeira	Modalidade	2023	Captações	Renegociação / transferência não circulante	Juros reconhecidos	Amortização de principal	Amortização Juros	2024
Circulante		1.971.431	-	588.825	759.345	(1.038.527)	(770.691)	1.510.383
Santander	Empréstimo	457.331	-	285.762	-	(363.407)	(93.925)	285.761
(-) Santander juros a transcorrer		(92.979)	-	(14.485)	93.397	-	-	(14.067)
Santander		364.352	-	271.277	93.397	(363.407)	(93.925)	271.694
Bradesco	Empréstimo	2.047.393	-	943.905	-	(516.120)	(675.170)	1.800.008
(-) Bradesco juros a transcorrer		(600.910)	-	(626.357)	665.948	-	-	(561.319)
Bradesco		1.446.483	-	317.548	665.948	(516.120)	(675.170)	1.238.689
Santander	Conta garantida	160.596	-	-	-	(159.000)	(1.596)	-
Não Circulante		3.128.441	-	(547.839)	-	-	-	2.580.602
Santander	Empréstimo	285.762	-	(285.762)	-	-	-	-
(-) Bradesco juros a transcorrer		(14.485)	-	14.485	-	-	-	-
Santander		271.277	-	(271.277)	-	-	-	-
Bradesco	Empréstimo	3.359.574	-	(307.403)	-	-	-	3.052.171
(-) Bradesco juros a transcorrer		(502.410)	-	30.841	-	-	-	(471.569)
		2.857.164	-	(276.562)	-	-	-	2.580.602
Total		5.099.872	-	40.986	759.345	(1.038.527)	(770.691)	4.090.985

Instituição financeira	Modalidade	2022	Captações	Renegociação / transferência não circulante	Juros reconhecidos	Amortização de principal	Amortização Juros	2023
Circulante		1.991.654	160.596	828.681	943.569	(992.622)	(960.447)	1.971.431
Santander	Empréstimo	548.907	-	322.045	-	(278.336)	(135.285)	457.331
(-) Santander juros a transcorrer		(117.518)	-	(99.427)	123.966	-	-	(92.979)
Santander		431.389	-	222.618	123.966	(278.336)	(135.285)	364.352
Bradesco	Empréstimo	2.359.262	-	1.224.883	-	(714.286)	(822.466)	2.047.393
(-) Bradesco juros a transcorrer		(801.693)	-	(618.820)	819.603	-	-	(600.910)
Bradesco		1.557.569	-	606.063	819.603	(714.286)	(822.466)	1.446.483
Santander	Conta garantida	2.696	160.596	-	-	-	(2.696)	160.596
Não Circulante		3.949.605	-	(821.164)	-	-	-	3.128.441
Santander	Empréstimo	542.055	-	(256.293)	-	-	-	285.762
(-) Santander juros a transcorrer		(55.676)	-	41.191	-	-	-	(14.485)
Santander		486.379	-	(215.102)	-	-	-	271.277
Bradesco	Empréstimo	4.584.456	-	(1.224.882)	-	-	-	3.359.574
(-) Bradesco juros a transcorrer		(1.121.230)	-	618.820	-	-	-	(502.410)
Bradesco		3.463.226	-	(606.062)	-	-	-	2.857.164
Total		5.941.259	160.596	7.517	943.569	(992.622)	(960.447)	5.099.872

4.4. Fornecedores a pagar

Referem-se a valores devidos a terceiros relativos a materiais já fornecidos e serviços já prestados para os cursos e projetos de pesquisas contratados.

	2024	2023
Materiais	28.378	16.641
Serviços prestados por terceiros	410.447	601.878
	438.825	618.519

4. Capital de giro--Continuação

4.5. Obrigações trabalhistas a pagar

Os encargos sociais correspondem aos valores incidentes sobre a folha de pagamento, tais como Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Programa de Integração Social - PIS.

	2024	2023
Salários	446.844	403.616
Encargos sobre salários	328.142	715.251
Férias	860.235	817.466
Encargos sobre férias	292.273	277.716
Total	1.927.494	2.214.049

4.6. Tributos a recolher

Contempla os tributos federais (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Pessoa Física IRPJ e IRPF, Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF e Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS) e municipais (Imposto sobre Serviço Prestado - ISS) retidos na fonte dos prestadores de serviços e colaboradores, os quais são recolhidos no mês subsequente.

Em março de 2024, a Fundação aderiu ao parcelamento dos tributos federais dos períodos de novembro de 2023 a janeiro de 2024. O parcelamento foi celebrado junto à Receita Federal em 60 (sessenta) parcelas, sendo que no momento da adesão o valor total do parcelamento era de R\$ 1.338.646. Em 2024, o valor pago/amortizado foi de R\$ 223.108, correspondente a 10 (dez) parcelas sem juros.

Em novembro de 2024, a Receita Federal comunicou a decisão, desfavorável à Fundação, do processo administrativo 13804.005108/2002-55, relativo à retenção de tributos federais. A FIPECAFI optou pelo parcelamento em 38 (trinta e oito) parcelas, sendo que no momento da adesão o valor total a pagar era de R\$ 43.311. O valor pago/amortizado em 2024 foi de R\$ 2.280, correspondente a 2 (duas) parcelas.

	2024	2023
Tributos federais	268.320	284.977
Tributos federais (parcelamento)	305.176	-
Tributos federais (juros a transcorrer)	(83.860)	-
Tributos municipais	2.287	1.573
Total no circulante	491.923	286.550
Tributos federais (parcelamento)	950.130	-
Tributos federais (juros a transcorrer)	(251.566)	-
Total no não circulante	698.564	-

4. Capital de giro--Continuação

4.7. Serviços prestados a pagar

Referem-se aos serviços prestados por terceiros para os cursos e projetos de pesquisas:

	2024	2023
Projetos de pesquisas	1.276.194	1.429.097
Educacionais	113.002	44.239
Outros	163.606	144.098
Circulante	1.552.802	1.617.434
Projetos de pesquisas	-	997.986
Educacionais	1.108.374	484.551
Não circulante	1.108.374	1.482.537
Total	2.661.176	3.099.971

A rubrica “educacionais”, classificada no não circulante, refere-se a acordos celebrados em 2023 e que estão sendo atualizados pela variação mensal do IPCA e serão pagos em parcelas iguais e sucessivas.

4.8. Adiantamentos de clientes

Correspondem aos valores recebidos antecipadamente de clientes para prestação futura de serviços, compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Adiantamento de cursos (mensalidades)	974.106	472.852
Adiantamento para aluguel de salas	89.919	46.119
Outros adiantamentos	29.165	-
Total	1.093.190	518.971

5. Riscos e contingências

5.1. Depósitos judiciais

Correspondem aos valores em garantia das demandas judiciais descritas na Nota Explicativa 5.3, que estão contabilizados desde a data da notificação, com base no valor depositado em juízo naquela data. No caso da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Fundação continua efetuando depósitos mensais em atendimento à decisão judicial.

	Saldo em 2023	Depósito	Atualização	Baixa	Saldo em 2024
INSS (I)	1.939.348	-	88.665	(2.028.013)	-
COFINS (I)	53.190.527	1.041.504	2.428.525		56.660.556
ISS - Obrigações acessórias (II)	154.219	-	7.466		161.685
Depósito recursal trabalhista (III)	45.802	-	2.995	(48.797)	-
	55.329.896	1.041.504	2.527.651	(2.076.810)	56.822.241

5. Riscos e contingências--Continuação

5.1. Depósitos judiciais--Continuação

Os valores depositados são atualizados pelos seguintes indexadores:

- I. COFINS e INSS: taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia);
- II. ISS - Obrigações Acessórias: índice do TJ/SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) para débitos judiciais; e
- III. Depósito recursal trabalhista: índices do JAM (Juros e Atualização Monetária).

5.2. Contas a pagar

	2024	2023
Acordos judiciais (i)	584.555	669.606
Êxito trabalhista (ii)	284.770	-
Êxito tributário (iii)	19.226	-
Outros	2.500	-
Circulante	891.051	669.606
Acordos judiciais (i)	-	558.005
Êxito trabalhista (ii)	56.954	-
Não Circulante	56.954	558.005
Total	948.005	1.227.611

- (i) Refere-se ao acordo celebrado em juízo para liquidação de ação trabalhista. O acordo homologado definiu o pagamento de 48 (quarenta e oito) parcelas de R\$ 50.000 com correção semestral como base na variação do IPCA (IBGE). Em 31/12/2024 a parcela mensal corrigida totalizava R\$ 58.456, restando 10 (dez) parcelas;
- (ii) Corresponde ao êxito obtido sobre ação trabalhista movida por consultor e que será pago em 12 (doze) parcelas a partir de março de 2025 (vide NE 5.3.4); e
- (iii) Refere-se ao êxito do processo tributário do INSS e que corresponde a 10% (dez por cento) do valor a ser recuperado do depósito judicial (vide NE 5.3.1).

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais

A FIPECAFI constitui provisões em montante considerado suficiente para evidenciar as perdas potenciais com as ações judiciais em curso e que possam vir a representar uma saída de caixa ou redução de outro ativo. Existem somente processos de natureza fiscal em andamento e, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, as provisões foram registradas pelas melhores estimativas para os riscos envolvidos.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a movimentação dos valores correspondentes às ações e os valores dos depósitos judiciais para cada uma delas.

As diversas ações judiciais constantes na tabela são analisadas individualmente nos itens 5.3.1 a 5.3.4.

Resumo das ações judiciais em discussão e movimentações no período:

Nota Explicativa	Ano de início	Origem da ação	Tipo de Ação	Período questionado	Provisão em 31/12/2023	Atualização em 2024	Baixa em 2024	Provisão em 31/12/2024	Saldo do depósito judicial ou recursal atualizado
5.3.1	1995	INSS	Ação Anulatória de Débito Fiscal	01/1985 a 12/1994	1.939.348	88.665	(2.028.013)	-	-
5.3.2	1999	COFINS	Não reconhecimento da Imunidade	01/1994 a 12/1998 e 01/1999 em diante	33.475.945	2.428.525	-	35.904.470	56.660.556
5.3.3	2006	ISS - Obrigações Acessórias	Execução Fiscal	2000 a 2002	154.219	7.466	-	161.685	161.685
5.3.4	2017	Ações trabalhistas	Reclamação Trabalhista	-	800.000	-	(800.000)	-	-
Totais					36.369.512	2.524.656	(2.828.013)	36.066.155	56.822.241

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais

5.3.1. INSS

Histórico

- (i) Em agosto de 1995, o INSS interpretou que todos os pagamentos efetuados às pessoas físicas prestadoras de serviços nos últimos 10 (dez) anos (01/1985 a 12/1994) não poderiam ter sido caracterizados como pagamento a autônomos. Foi emitida a notificação de recolhimento complementar e nesse momento a FIPECAFI fez a contestação, efetuando depósito judicial do valor questionado e contabilizando a respectiva provisão;
- (ii) Em setembro de 2009, a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo extinguiu os débitos relativos aos 5 (cinco) anos iniciais da ação (01/1985 a 12/1989), permanecendo os débitos referentes aos 5 (cinco) anos subsequentes (01/1990 a 12/1994);
- (iii) Em julho de 2017 foram rejeitados os Embargos de Declaração da FIPECAFI e, em janeiro de 2018, os autos foram recebidos eletronicamente no Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- (iv) Em abril de 2022 foi certificado o trânsito em julgado, sendo os autos remetidos à corte de origem; e
- (v) Em julho de 2024, a FIPECAFI requereu o levantamento parcial do depósito judicial, referente ao período que obteve êxito (cinco primeiros anos). Na primeira intimação, a União Federal discordou do percentual apresentado pela Fundação e apresentou o percentual de 9,48%. Em novembro de 2024, a FIPECAFI concordou com o percentual e apresentou o extrato atualizado da conta judicial. Em dezembro de 2024 fora solicitado os dados complementares para transferência do montante.

Situação jurídica atual

A FIPECAFI aguarda o levantamento do depósito judicial referente ao período que obteve êxito na demanda, sendo que, parte do valor depositado será convertido em renda da União Federal, e a outra parte em benefício da FIPECAFI.

Avaliação do risco

Não aplicável tendo em vista o encerramento do processo.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.1. INSS--Continuação

Decisão contábil

Após o desfecho do processo e envio dos dados complementares para transferência do valor, a FIPECAFI reverteu a provisão contábil e manteve em seu ativo circulante o valor correspondente do êxito da ação e constitui em seu passivo a remuneração do assessor jurídico. O valor atualizado do depósito judicial em 31/12/2024 era de R\$ 2.028.013, cabendo à Fundação, portanto, o valor correspondente a R\$ 192.256 (9,48%).

Honorários de êxito

Do resultado mencionado acima, parte referente a 10% (dez por cento) será destinado ao pagamento dos honorários de êxito, ou seja, R\$ 19.226.

5.3.2 COFINS

Histórico

- (i)** Em 1999, a FIPECAFI foi autuada para pagar a COFINS incidente sobre as receitas referentes ao período de 01/1994 a 12/1998 (exceto sobre as receitas financeiras), por questionamento da autoridade fiscal sobre a imunidade da instituição;
- (ii)** A FIPECAFI ingressou com uma ação ordinária contra a cobrança, tendo obtido liminar autorizando o depósito judicial integral compreendendo os valores referentes aos anos de 1994 a 1998;
- (iii)** A partir de 01/1999 a FIPECAFI vem fazendo depósitos judiciais mensalmente, por orientação dos assessores jurídicos;
- (iv)** Em 07/2018 a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) reconheceu a imunidade da FIPECAFI, mas, por orientação dos assessores jurídicos, ainda está mantido o procedimento de efetuar o depósito judicial mensal até que haja o desfecho final da ação. Portanto, o valor atual do depósito judicial compreende o período de 01/1994 até a presente data;
- (v)** Em 05/2019 foi publicada a decisão da turma de origem reconhecendo a imunidade da FIPECAFI;
- (vi)** Em 10/2020 foi proferida a decisão referente aos recursos extraordinários e o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a devolução dos autos para a Corte de origem para que adote, conforme a situação, referido tema de repercussão geral; e

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.2 COFINS--Continuação

(vii) Em 22/11/2024, embora o processo inicialmente tenha sido distribuído ao Desembargador Nelton dos Santos, cuja decisão havia sido favorável à FIPECAFI - primeiro juízo positivo de retratação - eis que por ter ele assumido a Corregedoria do TRF3, foram os autos encaminhados à Desembargadora Adriana Pileggi Soveral, que exercendo novo juízo positivo de retratação decidiu em sentido contrário, assim resumido: "... em atenção ao entendimento firmado pelo E. STF no RE 566.622/RS - Tema 32 – acolher os embargos de declaração, de modo a denegar a segurança".

(viii) Em 03/12/2024 foram protocolizados Embargos de Declaração pela FIPECAFI.

Situação jurídica atual

Aguardando julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela FIPECAFI.

Avaliação do risco

Na opinião dos assessores jurídicos da Fundação, ainda que a certificação da imunidade possa ter regulação permitida por lei ordinária (STF), há que se considerar que o certificado, em si, não poderá restringir a imunidade que se busca declaração, essa, inclusive, expressamente reconhecida tanto pela r. sentença singular, como, ainda, especialmente, pelo v. aresto proferido à unanimidade pela c. 3ª Turma do eg. TRF/3, na ocasião Relator o Des. Nelton dos Santos.

Em relação à FIPECAFI, como decidido nas 2 (duas) instâncias ordinárias, enquanto perdurarem as condições materiais subjetivas da imunidade, não haverá espaço para certificação em contrário, uma vez que a certificação validada pelo STF, caberia apenas declarar direito já existente, que lhe antecedia.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.2 COFINS--Continuação

Importante frisar que no julgamento de outra Ação Direta de Inconstitucionalidade (4480) mais recente (mas, com decisão publicada antes), o STF deixou mais explícita essa questão da Lei Complementar e da Lei Ordinária em tema de imunidade, “podando/afastando” algumas condições e matérias da LO, para fins de gozo da imunidade. Isso, porque estariam afetadas à LC, além de ter afastado dispositivo de lei ordinária que previa que apenas após a concessão do CEBAS - Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação, haveria o direito à imunidade sobre as contribuições sociais. Isso em razão de que dada entidade deveria ser considerada imune a partir do momento que atendesse os requisitos estabelecidos na legislação complementar material alinhada com a CF, e não a partir da obtenção do certificado.

Mesmo tendo obtido êxito em julho de 2018, a Administração entende que deve ser mantida a provisão constituída para o período de janeiro de 1994 a dezembro de 1998 até que ocorra a decisão final do processo. Esta posição se deve ao fato de que com a adequação do processo ao RE nº 566.622 a decisão anterior de julho de 2018 poderá ser mantida ou reformada. O parecer dos assessores jurídicos classifica o risco como possível, mas a Administração entende que o risco é provável.

Decisão contábil

No ano de 2009 a FIPECAFI avaliou, juntamente com seus assessores jurídicos, a referida ação e decidiu por reverter a provisão constituída relativa ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2009. Tal decisão baseou-se em parecer jurídico sustentado na Medida Provisória 2.158-35/01, artigo 14, mantendo apenas a provisão referente ao período de janeiro de 1994 a dezembro de 1998 e até a presente data não vem mais constituindo provisão mensal. A Administração entende que, face às incertezas que surgiram com a devolução dos autos para a corte de origem, o risco de eventual revisão da decisão anterior permanece.

A variação entre o depósito judicial e a provisão se deve aos depósitos mensais efetuados até a presente data.

Honorários de êxito

Do resultado que for obtido, 10% (dez por cento) será destinado para pagamento dos honorários de êxito.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.3 ISS

Obrigações Acessórias

Histórico

- (i) A FIPECAFI responde a uma execução fiscal (EF 105662/06), tendo por objeto a exigência de multa pelo suposto descumprimento de obrigações acessórias (escrituração fiscal do Livro 53) no período de 2000 a 2002;
- (ii) A execução encontra-se garantida por depósito judicial da quantia referente à multa;
- (iii) O Município interpôs agravo retido em nossas contrarrazões em 2012. Aguarda-se a remessa dos autos à conclusão desde 2013;
- (iv) Em junho de 2021, foi proferida decisão de saneamento e organização do processo, em razão da Lei Municipal nº 17.557/2021. A execução fiscal deve ser incluída em expediente próprio e encaminhada à Procuradoria do Município para manifestar a sua decisão sobre o crédito cobrado se está ativo ou não na Dívida Ativa; e
- (v) Em novembro de 2023, foi proferida decisão determinando a suspensão da execução.

Situação atual

Aguarda-se desfecho dos embargos à execução.

Avaliação do risco

Os assessores jurídicos da FIPECAFI classificam a chance de perda como possível.

Decisão contábil

Provisão contábil integral vem sendo mantida com base no entendimento da Administração de que o risco de perda ainda persiste, apesar do parecer dos assessores jurídicos que a classificam como possível.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.4 Ações trabalhistas

Em 2023, havia ação trabalhista em curso com probabilidade de perda como provável e havendo ainda possibilidade de recurso. A Fundação impetrou Reclamação Constitucional nº 64453 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) tendo obtido êxito, uma vez que houve a cassação do acórdão regional e, dessa forma, extinguindo a ação trabalhista. Diante desse fato, foi revertida a provisão de R\$ 800.000 e contabilizado o êxito a ser pago aos assessores jurídicos, que em 31/12/2024 correspondia a R\$ 341.724 e que serão pagos em 12 (doze) parcelas a partir de março de 2025.

5.3.5 Processos judiciais com riscos possíveis e não provisionados

Em 31 de dezembro de 2024, além dos valores apresentados anteriormente, a Fundação é ré em processos de natureza tributária em que a probabilidade de perda avaliada pela assessoria jurídica e avaliação da Administração, é possível, conforme apresentado a seguir:

5.3.5.1 ISS – 2001-2002

Histórico

- (i) Em 2006, a FIPECAFI foi autuada para pagamento do ISS referente ao período de 01/2001 a 01/2002;
- (ii) A FIPECAFI ofereceu garantia por fiança bancária e fez a impugnação por meio de embargos à execução;
- (iii) A sentença reconheceu a imunidade tributária da FIPECAFI e o município interpôs recurso em 08/2018. O processo foi distribuído para a 15ª Câmara de Direito Público do TJSP, que negou provimento à Apelação interposta pelo Município; e
- (iv) Em 24/03/2022 foi certificado pelo Cartório da 15ª Câmara de Direito Público do TJ/SP o trânsito em julgado do processo que foi remetido para arquivamento, bem como para levantamento e consequente baixa da Carta de Fiança Bancária que garantia essa execução.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.5.1 ISS – 2001 – 2002 - Continuação

Situação atual

O processo está encerrado. O cumprimento de sentença favorável à FIPECAFI para recuperação das custas será feito em autos apartados.

5.3.5.2 ISS 2009 a 2013

Histórico

- (i)** Em 2013, a FIPECAFI foi autuada para pagamento do ISS referente ao período de 2009 a 2013 e o reconhecimento de imunidade foi indeferido pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo;
- (ii)** Em 10/2018 a FIPECAFI apresentou impugnação e recurso administrativo do auto de infração lavrado quando o pedido foi indeferido. Em 31 de julho de 2019 o recurso administrativo foi julgado improcedente, dando ensejo à interposição de recurso ao Conselho Municipal de Tributos, em 24/10/2019;
- (iii)** Na sessão de julgamento de 07/10/2020 o recurso foi retirado de pauta para análise;
- (iv)** Em nova sessão de julgamento do dia 25/11/2020, o recurso foi novamente retirado de pauta e a Relatora converteu o julgamento em diligência para solicitar esclarecimentos ao SUREM (Secretaria da Receita Municipal);
- (v)** Em julho de 2021, o processo na esfera administrativa foi julgado e retificados os autos de infração referentes aos anos de 2009 a 2012. Em consequência houve a retificação do crédito tributário;
- (vi)** Em dezembro de 2021, foi proferida a decisão citando a FIPECAFI para pagamento da dívida ou penhora do bem;
- (vii)** Em 2022, a FIPECAFI foi intimada e solicitou petição para nomear bem em garantia. O bem aceito em garantia pela PMSP foi o imóvel sede da Fundação; e
- (viii)** Em 2024 não houve nenhuma movimentação no processo.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.5. Processos judiciais com riscos possíveis e não provisionados--Continuação

5.3.5.2. ISS 2009 a 2013--Continuação

Situação atual

Aguarda-se a lavratura do termo de penhora e respectiva intimação para que possam ser apresentados embargos à execução fiscal.

Avaliação do risco

Os assessores jurídicos entendem que um possível desfecho favorável na outra ação que estava garantida pela Carta de Fiança Bancária possa dar mais chances de êxito nessa ação.

Decisão contábil

Em função da classificação apresentada pelos assessores jurídicos, a Administração não reconheceu a provisão cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 19.269.260 (R\$ 17.586.463 em 2023).

Honorários do êxito

Para o crédito tributário executado em relação aos exercícios de 2009 a 2013, há honorários de êxito fixados em 3% (três por cento) do valor do benefício econômico.

5.4. Aspectos fiscais

À luz da Constituição Federal (CF) e do Código Tributário Nacional (CTN), consideram-se imunes a impostos as instituições de caráter filantrópico, recreativo, educacional, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houver sido instituída e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

A FIPECAFI é uma entidade sem fins lucrativos, conforme descrito na Nota Explicativa 1, e, desta forma, possui imunidade tributária. O desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FIPECAFI, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as Fundações sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da imunidade da qual goza a Instituição.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.5. Cobertura de seguros (Não auditado)

A FIPECAFI mantém cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Coberturas	2024	2023
Incêndio, explosão e fumaça	20.500.000	20.500.000
Danos elétricos	250.000	250.000
Responsabilidade civil operações	1.000.000	1.000.000
Subtração de bens	200.000	200.000
Outras coberturas	-	-
Vidros	50.000	50.000
Impacto de veículos e queda de aeronaves	150.000	150.000
Total	22.150.000	22.150.000

A apólice do seguro do prédio da Rua Maestro Cardim (Edifício Sede), renovada anualmente, foi contratada junto à *Siwss Re Corporate Solutions* e a vigência do contrato compreende o período de 01 de setembro de 2024 a 01 de setembro de 2025.

Quanto aos seguros dos imóveis classificados em Propriedade para Investimentos, conforme contrato, estão sob a responsabilidade dos respectivos locatários, tendo a Administração tomado conhecimento das respectivas apólices.

6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido

6.1. Instrumentos financeiros

Em dezembro de 2024, a Fundação não possuía instrumentos derivativos.

Os seguintes ativos financeiros, detidos em 31 de dezembro de 2024, estão detalhados nas suas respectivas Notas Explicativas:

- I. Caixa e equivalente de caixa (NE 4.1); e
- II. Contas a receber (NE 4.2).

6.2. Gerenciamento de riscos

A FIPECAFI está exposta aos riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido--Continuação

6.2. Gerenciamento de riscos--Continuação

- I. Risco de crédito;
- II. Risco de liquidez; e
- III. Risco de mercado.

6.2.1. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis da FIPECAFI.

A Fundação avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela FIPECAFI. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco. No caso das contas a receber da área educacional, a eficácia, em relação aos atrasos, é acentuada na renovação da matrícula, momento em que os débitos são quitados ou renegociados.

A FIPECAFI contabiliza a redução ao valor recuperável com base na matriz de perdas adotando a abordagem simplificada. Essa redução caracteriza a estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos.

A Fundação considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a FIPECAFI utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Administração da FIPECAFI não identificou justificativas para a constituição de outras perdas estimadas sobre seus ativos, exceto essa constituída sobre contas a receber.

6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido--Continuação

6.2. Gerenciamento de riscos--Continuação

6.2.2. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade de a FIPECAFI encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

A FIPECAFI vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. A Fundação dispõe de linhas de crédito aprovadas (conta garantida e capital de giro) suficientes para, caso seja necessário, cumprir essas obrigações. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos sistematicamente pela Administração no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

A seguir, são evidenciados os montantes de risco relativos aos passivos não derivativos e derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

2024					
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6- 12meses	1-2anos	3-5 anos
Passivos não derivativos					
Fornecedores a pagar	438.825	438.825	-	-	-
Salários e encargos	774.986	774.986	-	-	-
Férias a pagar	1.152.508	576.254	576.254	-	-
Tributos a recolher	1.190.487	381.265	110.658	698.564	-
Contas a pagar	948.005	543.319	347.732	56.954	-
Empréstimo a pagar	4.090.985	891.039	619.344	2.477.378	103.224
Serviços prestados a pagar	2.661.176	276.608	1.276.194	1.108.374	-
	11.256.972	3.882.296	2.930.182	4.341.270	103.224
2023					
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6- 12meses	1-2anos	3-5 anos
Passivos não derivativos					
Fornecedores a pagar	618.519	618.519	-	-	-
Salários e encargos	1.118.867	1.118.867	-	-	-
Férias a pagar	1.095.182	547.591	547.591	-	-
Tributos a recolher	286.550	286.550	-	-	-
Contas a pagar	1.227.611	334.806	334.800	558.005	-
Empréstimo a pagar	796.225	277.161	247.787	271.277	-
Serviços prestados a pagar	3.099.971	897.096	720.338	1.482.537	-
	8.242.925	4.080.590	1.850.516	2.311.819	-
Passivos derivativos					
Empréstimo a pagar	4.303.647	714.286	732.197	2.857.164	-
	4.303.647	714.286	732.197	2.857.164	-
	12.546.572	4.794.876	2.582.713	5.168.983	-

6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido--Continuação

6.2. Gerenciamento de riscos--Continuação

6.2.3. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da FIPECAFI era:

	2024	2023
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	813.925	24.119
Passivos financeiros		
Empréstimos a pagar	(4.090.985)	(5.099.872)
Total	(3.277.060)	(5.075.753)

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A FIPECAFI mantém parcela substancial das suas disponibilidades e obrigações indexadas à variação do CDI.

A expectativa atual de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 13,15%, cenário provável para o ano de 2025, ante a taxa efetiva de 10,88 % verificada no ano de 2024.

	Exposição base 31/12/2024	Risco	Cenário Provável	Cenário I Possível -25%	Cenário II Remoto -50%
Taxa anual estimada do CDI			13,15%	9,86%	6,58%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2024	3.277.060	Baixa CDI	430.933	323.118	215.631
Impacto no resultado financeiro			430.933	323.118	215.631

Além do risco do mercado associado aos ativos e passivos financeiros, a FIPECAFI está exposta ao risco de variação no valor justo das propriedades para investimentos, conforme Nota Explicativa 3.1.

6. Instrumentos financeiros e patrimônio líquido--Continuação

6.3. Patrimônio líquido

6.3.1. Patrimônio Social

O Patrimônio Social da FIPECAFI foi, inicialmente, constituído por aporte efetuado pelos Membros Instituidores, conforme Escritura de Instituição datada de 1º de agosto de 1974. Nos demais exercícios, parte do superávit será destinado ao Patrimônio Social, conforme deliberação, em cada oportunidade, pelo Conselho Curador da Fundação.

6.3.2. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram decorrentes da aplicação do custo atribuído aos imóveis classificados como imobilizado, quando da adoção inicial dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

7. Empregados e colaboradores

7.1. Benefícios aos colaboradores

A política da FIPECAFI para a concessão de benefícios aos seus colaboradores contempla assistência médica, plano odontológico, vale alimentação, estacionamento, ajuda de custo para trabalho em home-office, vale-transporte, programa de educação com subsídio para cursos de línguas, graduação, pós-graduação, MBA e Mestrado em outras instituições de ensino. Além disso, os colaboradores podem realizar os cursos ministrados pela FIPECAFI com subsídio de 100% (cem por cento), e seus dependentes (cônjuges e filhos), com subsídio de 60% (sessenta por cento).

Não há benefícios de longo prazo ou de pós-emprego aos colaboradores.

7.2. Partes relacionadas e voluntariado

7.2.1. Diretoria Executiva, Conselhos Curador e Fiscal

Os trabalhos voluntários estão regulados pela Lei nº 9.608/98 e não geram vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, enquanto os cargos de diretoria executiva, conselhos curador e fiscal são exercidos por mandatos.

Por definição estatutária, a FIPECAFI não remunera, a qualquer título, Conselheiros Curadores, Conselheiros Fiscais e Diretores pelos serviços prestados em suas funções.

7. Empregados e colaboradores--Continuação

7.2. Partes relacionadas e voluntariado--Continuação

Considerando a definição estatutária, a FIPECAFI não contabiliza como receita e respectivamente como despesa os valores estimados a título de trabalho voluntário, ainda que em última análise significaria uma doação (receita) e, por outro lado, uma despesa que poderia existir e vir a ser desembolsada.

Em contrapartida, a FIPECAFI entende ser de suma importância a divulgação.

No exercício de 2024 os valores destes trabalhos foram mensurados pelo valor justo e somaram R\$ 748.629 (R\$ 717.118 em 2023).

8. Demonstrações complementares

8.1. Demonstração do valor adicionado

A FIPECAFI elaborou a Demonstração Do Valor Adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante (não auditado)

Os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as demonstrações do valor adicionado em moeda de capacidade aquisitiva constante, apresentadas nesta nota explicativa, foram elaboradas de acordo com a metodologia de correção integral estabelecida pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, na Instrução nº 191/92, aplicadas sobre as demonstrações contábeis básicas que estão preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes. Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações em moeda de capacidade aquisitiva foram os seguintes:

- i. Índice de atualização** - A atualização monetária do imobilizado, patrimônio social, contas de resultado e apuração de ganhos e perdas dos itens monetários foi efetuada com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE, que foi de 4,83 % em 2024 e 4,62% em 2023;
- ii. Informações complementares de 2023** - Os saldos das contas das informações complementares de 2023, para fins de comparação, foram atualizados à moeda de capacidade aquisitiva constante de 31 de dezembro de 2024;
- iii. Contas patrimoniais** - Os ativos e passivos monetários das informações complementares em 31 de dezembro de 2024 são idênticos aos das demonstrações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). O ativo imobilizado e o patrimônio social foram corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA-IBGE até 31 de dezembro de 2024, como vem sendo feito desde o ano de 2017, uma vez que até o ano de 2016 utilizou-se o índice IPC-FIPE; e
- iv. Contas de resultado** - Todas as contas foram atualizadas com base na variação do IPCA-IBGE, a partir do mês de contabilização das transações. Foram ajustadas pelos ganhos e perdas gerados em consequência do efeito da inflação sobre os ativos e passivos monetários. Tais ganhos e perdas foram alocados às contas de resultados a que se vinculam.

8. Demonstrações complementares--Continuação

8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante--Continuação

a. Balanço patrimonial

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2024	2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	824.655	34.463
Contas a receber	2.061.918	3.333.780
Adiantamentos e tributos a recuperar	428.591	350.535
Ativos mantidos para venda	6.592.169	6.592.169
Outros ativos	342.014	181.481
	10.249.347	10.492.428
Não circulante		
Depósitos judiciais	56.822.241	58.008.565
Investimentos e Propriedades para investimentos	24.269.392	24.269.392
Imobilizado	42.284.819	42.916.804
Intangível	395.207	371.982
	123.771.659	125.566.743
Total do ativo	134.021.006	136.059.171
Passivo		
Circulante		
Fornecedores a pagar	438.825	648.463
Obrigações trabalhistas a pagar	1.927.494	2.321.237
Tributos a recolher	491.923	300.423
Empréstimos a pagar	1.510.383	2.066.873
Contas a pagar	891.051	702.023
Serviços prestados a pagar	1.552.802	1.695.736
Adiantamentos de clientes	1.093.190	544.096
	7.905.668	8.278.851
Não circulante		
Contas a pagar	56.954	585.020
Empréstimos a pagar	2.580.602	3.279.897
Serviços prestados a pagar	1.108.374	1.554.311
Tributos a recolher	698.564	-
Provisão para demandas judiciais	36.066.155	38.130.258
	40.510.649	43.549.486
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	85.415.940	85.415.940
Ajustes de avaliação patrimonial	10.177.414	10.526.044
Déficit acumulado	-9.988.665	-11.711.150
	85.604.689	84.230.834
Total do passivo e patrimônio líquido	134.021.006	136.059.171

8. Demonstrações complementares--Continuação

8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante--Continuação

b. Demonstração do resultado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2024	2023
Receita líquida de serviços	30.521.682	28.543.484
(-) Custos dos serviços prestados	(23.529.215)	(23.782.060)
(=) Resultado bruto com serviços	6.992.467	4.761.424
(+) Outras receitas e despesas recorrentes		
Despesas administrativas	(9.039.149)	(9.279.425)
Receitas de aluguéis	2.853.796	2.145.255
Perda na venda de ativos	-	(41.305)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.094.860	441.339
	(5.090.493)	(6.734.136)
Superávit/Déficit antes do resultado financeiro	1.901.974	(1.972.712)
Receitas financeiras	(1.978)	1.979
Despesas financeiras	(526.141)	(880.735)
Resultado financeiro líquido	(528.119)	(878.756)
Superávit/Déficit do exercício	1.373.855	(2.851.468)

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante			
	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits / (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	85.415.940	10.874.674	(9.208.312)	87.082.302
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(348.630)	348.630	-
Déficit do exercício	-	-	(2.851.468)	(2.851.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	85.415.940	10.526.044	(11.711.150)	84.230.834
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(348.630)	348.630	-
Superávit do exercício	-	-	1.373.855	1.373.855
Saldos em 31 de dezembro de 2024	85.415.940	10.177.414	(9.988.665)	85.604.689

8. Demonstrações complementares--Continuação

8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante--Continuação

d. Demonstração dos fluxos de caixa

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2024	2023
Superávit/Déficit do exercício	1.373.855	(2.851.468)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	931.554	753.918
Juros provisionados de empréstimos	641.022	1.087.213
Juros provisionados dos parcelamentos dos tributos	351.665	-
Provisões para demandas judiciais (tributários/fiscais/trabalhistas)	(1.009.519)	-
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – (reversão)/constituição	(1.829.984)	1.641.471
Perda efetiva	2.069.709	-
Perda na venda de ativos mantidos para venda	-	(41.305)
Superávit do exercício ajustado	2.528.302	589.829
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	1.032.137	(1.184.337)
Adiantamentos diversos	(78.056)	177.541
Depósitos judiciais	131.740	155.198
Fornecedores	(209.638)	(231.676)
Obrigações trabalhistas a pagar	(393.743)	(64.337)
Tributos a recolher	538.399	-
Serviços prestados a pagar	(588.871)	440.918
Adiantamentos de clientes	549.094	17.127
Outros	(499.571)	(622.142)
Caixa líquido gerado das (consumido) nas atividades operacionais	3.009.793	(721.879)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Venda de propriedade de investimento	-	230.343
Adições do ativo imobilizado	(14.248)	(6.075)
Adições do ativo intangível	(308.546)	(288.246)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(322.794)	(63.978)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos dos financiamentos	(1.088.805)	1.289.974
Pagamentos dos financiamentos	(808.002)	(3.547.188)
Caixa líquido gerado das (consumido) nas atividades de financiamentos	(1.896.807)	(2.257.214)
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	790.192	(3.043.071)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.463	3.077.534
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	824.655	34.463
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	790.192	(3.043.071)

8. Demonstrações complementares--Continuação

8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante--Continuação

e. Demonstração do valor adicionado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2024	2023
Receitas		
Receitas de serviços	30.521.682	28.543.484
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(239.725)	(1.641.471)
Receitas diversas	85.341	400.034
	30.367.298	27.302.047
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(10.756.058)	(9.684.323)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.315.471)	(4.603.279)
	(16.071.529)	(14.287.602)
Valor adicionado bruto	14.295.769	13.014.445
Depreciação e amortização	(931.554)	(753.918)
Valor adicionado líquido gerado / aplicado pela Fundação	13.364.215	12.260.527
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(1.978)	1.979
Receitas de aluguéis	2.853.796	2.145.255
	2.851.818	2.147.234
Valor adicionado total a distribuir	16.216.033	14.407.761
Empregados		
Remuneração direta	8.590.209	10.279.882
Benefícios	2.384.485	2.482.064
FGTS	744.448	982.531
	11.719.142	13.744.477
Tributos		
INSS cota patronal	2.489.485	2.509.190
PIS sobre folha	85.241	95.801
Outras taxas e contribuições	22.169	29.026
	2.596.895	2.634.017
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros pagos	526.141	880.735
Remuneração de capitais próprios		
Superávit/Déficit do exercício	1.373.855	(2.851.468)
Distribuição do valor adicionado	16.216.033	14.407.761

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI
Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

Composição do Conselho Curador

Presidente

Reinaldo Guerreiro

Conselheiros Natos

Ariovaldo dos Santos
Edgard Bruno Cornacchione Jr.
Eliseu Martins (Licenciado)
Fábio Frezatti
Sérgio de Iudícibus
Valmor Slomski
Wellington Rocha (licenciado)

Conselheiros Eleitos

Adriano Dias Souza
Carlos Alberto Pereira
Daniel Magalhães Mucci
Diogo Moreira Carneiro
Jeronimo Antunes
João Domiraci Paccez
João Vinicius de França de Carvalho
Mara Jane Contrera Malacrida
Marco Tullio de Castro Vasconcelos

**Composição da Diretoria
Executiva**

Wellington Rocha
Diretor Presidente

Márcio Luiz Borinelli
Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando Dal Ri Murcia
Diretor de Pesquisas

Composição do Conselho Fiscal

Titulares:

José Roberto Kassai
Gustavo Gonçalves Vettori
Joshua Onome Imoniama

Suplentes:

Bruno Meirelles Salotti
Patricia Siqueira Varela
Raquel Wille Sarquis

Mariangela Matias
Contadora CRC 1SP238572/O - 3